

REDACTOR PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — **JOAQUIM CARDOSO**
Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: **Talaba** — Lisboa — Telefone 1
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Inútil mordaca

Projectara a União dos Sindicatos de Lisboa levar a efeito, no dia de ontem, um comício operário, para apreciar-se o novo regime de pão, que tantos protestos e amarguras sucessos originou já. O governador civil, a quem foi, um tempo oportuno, entregue o requerimento preciso, negou a autorização para efectuar-se o comício, valendo-se de pretextos insistentes que já aqui referimos. Conhecedora deste despacho, resolveu a União dos Sindicatos promover, na sede de vários organismos operários, sessões de protesto que bem substituiriam o comício ilegalmente proibido. Marcou-se para as 17 horas de ontem o início dessas sessões de protesto. O governo enviou para a proximidade das sedes sindicais, onde as sessões deveriam ser levadas a efeito, patrulhas da guarda republicana, montadas umas, de infantaria outras, mas todas encarrregadas de vigiar de perto e ostensivamente a concorrência operária às sessões aludidas.

A guarda republicana, postada junto da entrada de muitos sindicatos, impediu o ingresso, para os locais das sessões, dos trabalhadores que delas intentavam fazer parte. Algumas salas foram invadidas pela polícia quando nelas estavam reunidas corporações operárias, a tratar dos seus interesses económicos ou profissionais. E, em complemento da obra, *A Batalha* foi ontem impedida de circular. Neste mesmo momento em que rabiscamos estas linhas temos, a obstruir a entrada para *A Batalha*, um grupo de guardas republicanos, devidamente armados e municiados, que dificultam a passagem às pessoas que intentam falar nos.

O conjunto de medidas coercitivas adoptadas pelo governo com intuito de abafar o gesto de revolta popular contra o agravamento da vida em geral e o novo regime de pão em especial fica realmente exposto nas linhas acima. O governo e os seus agentes sentem-se não a esta hora plenamente satisfeitos.

Supor-se não vencedores. Nem comício, nem sessões de propaganda, nem *Batalha*. Tudo sufocado, tudo amordaçado, tudo escangalhado, sob as patas dos cavalos policiais. Pois bem; o governo e os seus agentes iludem-se. O povo exteriorizou hoje o seu protesto, mas a revolta e a indignação permanecem-lhe na alma. Adiar a expansão dessa revolta equivale apenas a aumentar-lhe a tensão. O que não saiu hoje pela válvula legal explodirá amanhã de qualquer modo rebentando com o clamoroso envolvimento de opressão que nos aplasta.

Além de inútil, a tática e os processos do governo são indignos. Alguns porque ultrapassam em desrespeito pela liberdade o que a monarquia praticava. Indignos porque são um falso alarido de uma república promotora do povo ao enjo concurso necessitava. Indignos porque representam, da parte de quem governa, uma incompreensão da situação, um critério incompatível com a época que vivemos.

O governo impediu a circulação de *A Batalha*, proibiu reuniões, estabeleceu na cidade um ambiente de terror. Transgrediu a lei, criou por cima da constituição republicana, pôs-nos sob o domínio do arbítrio. Está dado, uma vez mais, o exemplo do desrespeito à lei. Não será portanto para estranhar que seja esse exemplo seguido pelos operários, uma vez que, tendo estes procurado alcançar fórmulas legais com que não concordam, viram tam pouco apreciados os seus esforços.

C. G. T.

(Nota oficial, que a *Batalha* ontem teria tornado pública se os da Liberdade não tivessem impedido a circulação desta folha).

O Comité Confederal tem verificado que os protestos contra o constante aumento do custo da vida, e especialmente contra o último decreto que elevou escandalosamente o preço do pão, tem sido gerais.

A unanimidade e espontaneidade destes protestos, se fossem bem observados pelos governantes, e se estes não existissem unicamente para zelar dos interesses dos usurpadores, defendendo os seus privilégios de casta e de predomínio económico; se o seu desejo não fosse o de unicamente enriquecerem à custa da miséria e da fome populares; se tivessem em consideração que apenas estão contribuindo para o constante empobrecimento de todo um povo de escravos — os protestos já realizados teriam sido suficientes para obrigar o actual governo a arripiar caminho, por isso que as manifestações até hoje efectuadas constituem uma clara e inequívoca demonstração de que os consumidores assalariados não se prestarão a aceitar, em silêncio, condições de vida desgraçadas, só para glória e enriquecimento dos potentados da finança, da indústria e do comércio.

O governo, a Moagem e a Panificação, não querendo: o primeiro promover condições para que os preços dos produtos desçam por um maior abastecimento, e os segundos, persistindo em escarnecer das populações, dia a dia mais envenenadas e famélicas, são os naturais responsáveis pelas anomalias determinadas por tam manifesta imprevidência e ambição.

A C. G. T. cumpre a sua missão procurando coordenar a acção das massas organizadas. Essa missão não tende, porém, a dificultar a acção que numa ou noutra localidade mais vivamente se demonstre, pelo desespero intenso de que as populações estão possuídas.

Cumpra a quem de direito tomar na devida consideração os gestos de revolta popular, como claras indicações do seu procedimento no momento e para o futuro.

Os erros dos de cima não podem ser pagos pelos de baixo. Que quem os faz, os pague. Assim o entende a organização e assim é justo considerar.

Além das fortunas antigas, hoje multiplicadas por novos e mais rendosos negócios, há as fortunas conseguidas nos últimos tempos pelos mais ilícitos e criminosos meios de comércio, realizado à sombra das leis do Estado e contra a população esfaumada.

O Comité Confederal constata que toda a imprensa se refere bastantes vezes a estes factos anómalos, mas sem indicar o meio ou meios de os evitar, e não os indica porque não é essa a sua missão, antes, pelo contrário, é a de os encobrir para que as massas não se resolvam a usar dos seus meios de defesa, atacando os directos responsáveis e as causas do seu mal estar.

Mas os homens que governam — por isso que para governar devem ser super-inteligentes... — bem devem compreender que procedimento diferente do que tem tido deve ser desde já posto em execução, para não precipitarem acontecimentos que os podem subverter.

A C. G. T., que por agora indica aos governantes, pelo que respeita à questão do pão, o que é necessário fazer, não se dispensa de prosseguir no seu movimento geral tendente a criar condições melhores dentro das quais a classe operária possa viver.

A C. G. T. elaborará, para ser apresentada nas sessões que ontem se deviam realizar e o governo impediu, a seguinte moção:

Considerando: Que o governo, por um decreto especial e inesperado, criou dois tipos de pão, contra as indicações da população governada, por isso que o que esta desejava era que fosse melhorado o tipo único que existia, posto que havia possibilidades para isso;

Que além deste acto arbitrário, o governo, com a criação dos dois tipos de pão, veio mais uma vez demonstrar qual erro, desumano e anti-científico é o seu critério, atendendo que há constituições orgânicas diferentes entre os homens, como se a alimentação de um não possa, a não ser por motivo de doença, ser igual à de outro;

Que veio demonstrar ainda uma parcialidade a toda a prova a favor dos que, como usurpadores, são ricos, dispensando-lhes o pão consideravelmente superior, posto que, por que é mais barato, só eles o podem obter, embora à custa da exploração que exercem sobre os que produzem;

Que, por outro lado, a diferença considerável dos preços de um em relação a outro tipo, vai contribuir para que os que não auferem lucros do comércio, da indústria ou da finança, sejam forçados a comprá-lo, sendo certo que não lhe permitindo os seus poucos proventos, mais faz aumentar as suas condições de miséria, ou, não podendo comprá-lo, terão que passar fome;

A (designação da Associação ou do qual quer outro agrupamento promotor da manifestação) resolve:

1.º Reclamar do governo a imediata abolição do decreto que estabelece os dois tipos de pão e o correlativo aumento de preço, e o restabelecimento do tipo único de pão, mas de manipulação mais perfeita e em condições alimentícias superiores;

2.º Conservar-se de sobre-aviso para uma acção posterior mais decisiva, no caso do governo se negar a abolir o referido decreto, se as condições de momento lho permitirem.

Admissão aos liceus

Os reitores dos liceus foram autorizados a admitir à matrícula na primeira classe, com dispensa da idade legal, todos os alunos que, tendo feito o exame de admissão com igual dispensa, ficaram aprovados.

A jornada de oito horas triunfante e "A Vitória", desesperada, à dentada a ela

A Vitória não tem bem a certeza, mas parece-lhe que se trata do *Lourenço Marques*. Se não é este é qualquer outro navio português. Teria ele partido para a África "num cruzeiro de oitenta e poucos dias". E vai daí, como esteja em vigor a lei das oito horas de trabalho, houve de pagar-se ao pessoal de bordo, além da remuneração pela tarefa normal, o melhor de 11.800 horas extraordinárias. Assim no-lo conta *A Vitória* de ontem. É singular que não esteja este jornal bem certo do nome do navio em que o *escandaloso* facto se passou, e tam seguro se mostre do número das horas extraordinárias pagas ao pessoal de bordo. Naturalmente também a respeito do número das horas extraordinárias *A Vitória* fala por palpite, zero a mais, zero a menos, tanto monta. Mas pondo esta singularidade de parte, outra singularidade surge: é não dizer *A Vitória* de quantas pessoas se compunha a tripulação do barco, para assim ficarmos habilitados a calcular a grandiosidade da *pouca vergonha*.

Admitido condescendemente o número apresentado, vemos que 11.800 horas, divididas por oitenta dias de viagem, dão 147,5 horas em cada dia. Estas horas extraordinárias são pagas, segundo o decreto respectivo, por um preço duplo do das horas normais, e, assim, para receber-se 147,5 horas é preciso trabalhar 78 horas. De maneira que o pessoal de bordo do *Lourenço Marques*, se acaso é este o barco de que se trata, trabalhava diariamente

4 horas além do normal. E quantos seriam a trabalhar para perizer estas 78 horas? Não no-lo diz *A Vitória*. Mas vamos nós imaginar que constava de 39 homens o pessoal de bordo. Uma hipótese. Pois bastaria que cada um deles fizesse diariamente menos de duas horas extraordinárias para chegarmos no fim do escasso cruzeiro de oitenta dias a apurar as tais 11.800 horas a que *A Vitória* chama pateticamente, para *épater le bourgeois*, "um disparate, uma inconcebível incongruência e uma ruinosa monstruosidade".

E o sr. Américo Olavo quem assina as considerações a que vimos fazendo referência, e por meio delas se mostra bem igual ao irmão, no espírito reaccionário, jesuíta, odioso e vil. Podiam ambos defender os interesses da classe burguesa a que se orgulham de pertencer, mas conduzindo a ideia honesta e elevadamente. Preferiram adoptar a mentira, a denúncia e o insulto. Fiquem-se com os seus processos, que lhes não invejamos.

E daí, quem quer saber os preclaros irmãos Olavos, à última hora arvora-os em paladinos das tendências conservadoras, para assim lograrem apoio político? Querem ouvir uma declaração conclusiva?

O operariado não trabalhará normalmente mais do que oito horas — porque não quer. A jornada de oito horas foi uma conquista sua. A ninguém a deve porque derivou do seu esforço. Custou muito a alcançar. Alcançou-se enfim — e não se perderá já mais. O sangue derramado pelas vítimas de Chicago garante-nos a regalia. Há na nossa reclusão toda uma legião de tráfiques que se bateram pela liberdade e pela igualdade, não a liber-

NOTAS & COMENTARIOS

Novidades *A Vitória* manifesta simpatia para conosco. Está de olhos constantemente postos nos nossos gestos, ávida de os comunicar ao seu público. Chega a tal exaço o seu servilismo, que inventa mesmo atitudes que não tomamos. Ainda ontem *A Vitória* nos deu uma grande novidade: disse-nos que iríamos hoje para a greve geral e *A Vitória* disse que haveria greve geral...

E nós não temos o direito de duvidar de quem fala sempre verdade.

Uma busca Devido talvez à proclamação de greve geral, lançada pela *Vitória*, a polícia da segurança do Estado resolveu passar uma busca à sede da Federação do Livro e do Jornal para apreender, crêmos, o manifesto que proclamava a referida greve. Viram os perspicazes agentes por todos os cantos, remexeram em todas as gavetas — e nada. Espertaram todos os buracos, rojaram-se pelo chão, olharam o tecto, desconfiaram de todos os papéis — e nada. Não havia meio de se encontrar a proclamação da greve. Entretanto *A Vitória* ria-se.

Pudera, a proclamação estava escondida na redacção da *Vitória*!

OS CARTEIROS ESPANHOES

Assegura-se que irão para a greve.

BARCELONA, 12 — Assegura-se que os carteiros declararam-se não hoje em greve, dizendo-se que os secundários os seus outros companheiros da Espanha.

— Rádio.

"ELES" NÃO QUEREM QUE SE PROTESTE

(O que *A Batalha* teria dito ontem, em fundo, se a polícia não a tivesse impedido violentamente de circular).

No intuito de discutir uma medida governamental que singularmente contende com a alimentação do povo, como é o decreto que o actual governo há dias ejaculou sobre o pão, diploma já conhecido pelo decreto da fome e que veio por termo ao tipo único, criando em sua substituição dois tipos, um dos quais fixa na fabulosa quantia de 1\$64 o quilo do principal género de consumo público, mas que a Moagem e a Panificação, legislando por sua conta, vendem ainda mais caro, isto é, a 1\$68 e 1\$70; no propósito de discutir essa luminosa medida, fomos nós dizendo, resolvera a União dos Sindicatos Operários de Lisboa realizar hoje um comício público, onde seguramente aquele diploma governativo, que só pode ter o aplauso da Moagem e dos que a servem, vibrante seria condenado pela população da capital, ameaçada de ter que pagar não a 40 centavos, mas a 1\$70, um artigo que não poderia ser discutido.

Fantástico, não lhes parece? Semelhante argumento revela talvez mais ignorância que má-fé, e lamentável é que uma autoridade superior conheça tam pouco o que são assembleas da natureza daquela que ora pretendia levar-se a cabo que não hesitasse em manifestar-se da forma que vimos de referir.

É necessário que se seja muito leigo nestas matérias para se não saber que ainda que os delegados operários se encontrassem dispostos a mostrar-lhe qualquer documento que à reunião pública pudesse ser presente, estavam naturalmente impedidos de assegurar-lhe se ele seria ou não votado, pela intuitiva razão de não poderem garantir se a sua aprovação agradaria ou desagradaria aos interessados, uma vez que o povo, em tais reuniões, é tam soberano que poderia até opor-se a que fosse sequer lido, quanto mais votado! E bem podia suceder que de entre os próprios assistentes ao comício saísse um documento que, por bem sintetizar as aspirações da multidão, merecesse os aplausos desta, o que é frequente registrar-se em reuniões que, como a que hoje devia efectuar-se, timbram por exprimir não o sentir de um grupo de homens, mas o da massa.

Se os delegados da U. S. O. quizessem iludir a boa-fé do governador civil — admitindo que de boa-fé se haja expressado esta autoridade — ter-lhe-iam apresentado um papel que, aludindo embora à questão que ia debater-se, o fizesse em termos doces, frustrando desta forma a sua frouxa perspicácia, e arrancando-lhe assim possivelmente a autorização reclamada, o que não obstaria todavia a que em plena reunião não fosse, pelas razões anteriormente expostas, votado esse papel, mas outro que bem traduzisse o protesto popular.

Não seguiram, porém, tal caminho os representantes da U. S. O., e se o não seguiram é porque o organismo que representavam não se serve de expedientes que possam revestir um carácter bifronte, antes se apresenta invariavelmente de intuições bem claras, e por isso conta não só com a mais franca adesão dos sindicatos que o constituem, mas também com a simpatia da classe operária.

A reunião pública não se efectuou, porque assim o quer o governo e porque assim o deseja a Moagem. Mas em vez dum realizar-se não hoje algumas dezenas de comícios, onde o povo levaria o seu protesto contra uma lei que não pode ser respeitada pelo consumidor, porque ela reveste proporções não só dum indigna afronta lançada ao público, mas que nas suas malhas envolve uma descarada protecção à Moagem, do mesmo passo que representa a mais torpe espoliação feita ao povo que vive do trabalho honesto.

EM BEJA

Recebemos a seguinte comunicação da Arcada:

"Segundo comunicação recebida no ministério do interior terminou a greve de fornecedores e padeiros em Beja."

Para bem informarmos o nosso público devemos acrescentar o que esta nota omite: A greve não era apenas de fornecedores e padeiros, mas sim geral, como protesto contra a elevação do preço do pão, de 25 para 40. Que nos consta ainda não terminou a greve geral. É possível, no entanto, que apenas estas classes tivessem regressado ao trabalho.

A ÚLTIMA GREVE GERAL



Um aspecto do operariado depois da reunião realizada na sede da C. G. T. no dia da greve

78 horas além do normal. E quantos seriam a trabalhar para perizer estas 78 horas? Não no-lo diz *A Vitória*. Mas vamos nós imaginar que constava de 39 homens o pessoal de bordo. Uma hipótese. Pois bastaria que cada um deles fizesse diariamente menos de duas horas extraordinárias para chegarmos no fim do escasso cruzeiro de oitenta dias a apurar as tais 11.800 horas a que *A Vitória* chama pateticamente, para *épater le bourgeois*, "um disparate, uma inconcebível incongruência e uma ruinosa monstruosidade".

E o sr. Américo Olavo quem assina as considerações a que vimos fazendo referência, e por meio delas se mostra bem igual ao irmão, no espírito reaccionário, jesuíta, odioso e vil. Podiam ambos defender os interesses da classe burguesa a que se orgulham de pertencer, mas conduzindo a ideia honesta e elevadamente. Preferiram adoptar a mentira, a denúncia e o insulto. Fiquem-se com os seus processos, que lhes não invejamos.

E daí, quem quer saber os preclaros irmãos Olavos, à última hora arvora-os em paladinos das tendências conservadoras, para assim lograrem apoio político? Querem ouvir uma declaração conclusiva?

O operariado não trabalhará normalmente mais do que oito horas — porque não quer. A jornada de oito horas foi uma conquista sua. A ninguém a deve porque derivou do seu esforço. Custou muito a alcançar. Alcançou-se enfim — e não se perderá já mais. O sangue derramado pelas vítimas de Chicago garante-nos a regalia. Há na nossa reclusão toda uma legião de tráfiques que se bateram pela liberdade e pela igualdade, não a liber-

Os "tubarões", não se comem

Hugo Stinnes, o grande industrial alemão, que saqueou as oficinas belgas e francesas das regiões ocupadas, e que deportou em massa a população dessas províncias, dirigiu-se, por própria iniciativa, a conferência de Spa, onde sustentou longa e cordial conversação com Millerand, o presidente do ministério francês.

O jornal alemão *Freiheit*, comentando o colóquio entre dois homens que se deviam considerar mortais inimigos, escreveu:

"É um indicio de toda a loucura da grande guerra o facto do homem que se interesse com mais ardor pela reconstrução das terras devastadas ser precisamente o mesmo que pregou a destruição como necessária à defesa nacional, e que a fez executar despiadadamente, sem nenhuma consideração nem pelos sofrimentos das vítimas, nem pelo futuro restabelecimento das relações internacionais."

Stinnes entende que fazer e desfazer é tudo a mesma coisa. Se teve vantagens económicas em destruir, terá agora outras em reconstruir, e apresentase com descaço ao inimigo de ontem, o qual, considerando que acima dos sentimentos patrióticos está a solidariedade de interesses do capitalismo internacional, mostra ainda boa cara ao autor de tanta ruína, e procura, de acordo com ele, um terreno igualmente favorável para a plutocracia dos dois países.

"A Batalha", aprendida

Qual o motivo que originou a apreensão da *Batalha*, não no-lo disseram concretamente as autoridades. Porém, não é difícil compreendê-lo.

Foi aprendida: primeiro, porque falava verdade; segundo, porque anunciava a realização de reuniões de protesto, que incomodavam o governo.

Para quem esteja de parte, observando do tudo isto, o gesto das autoridades, aprendendo *A Batalha*, é contraproducente. O governo não quiz que se dissessem verdades e produziu o alarme nos espíritos.

Muita gente acreditou que tivéssemos sido assaltados novamente. Não, não fomos assaltados por nenhum grupo duvidoso. Simplesmente o governo impediu, por uma forma que diz ser legal, que expussemos as nossas opiniões, o que, no fim de contas, produz um efeito perfeitamente idêntico ao de um assalto.

Enfim... hábitos velhos

As mulheres em Saragoça

SARAGOÇA, 12. — Celebrou-se uma manifestação das mulheres daqui promovida contra a elevação do preço do pão. O alcalde prometeu uma rápida solução desse assunto. — Rádio.

NA 4.ª PÁGINA: **Regressos de classe — OS CHAUFÉURS AGITAM-SE**

Contra o aumento do preço do pão

Ergue-se a voz dos trabalhadores

Todos aqueles que pagam o pão caro e estão sujeitos ao regime aviltado dos dois tipos, se sentirão no direito de protestar.

O protesto é legítimo, segundo a constituição da república, visto que ele significa uma das modalidades de exteriorizar o pensamento. Por esse motivo estavam convocados ontem para quasi todas as associações operárias sessões de protesto contra o decreto que o governo há dias fez publicar, para que este mesmo governo, que se diz representante do povo, soubesse que o seu decreto não era a tradução da vontade popular. O povo não quer o pão a 1870, nem outra qualidade a 540, quer um pão barato, um pão que, estando ao alcance da bolsa de cada um, possa ser tragado por todos, sem que o seu sabor cause repugnância.

O governo sabia que era esta a vontade que o povo trabalhador ia manifestar nas reuniões dos seus sindicatos e por isso não permitiu a realização dessas reuniões. Que o povo tem razão, sabe-o o governo. Portanto, indo este contra essa razão, coloca-se ao lado dos exploradores, o que não significa senão o que temos dito: os governos estão sempre ao lado dos grandes, contra os pequenos; dos exploradores contra os explorados; da infâmia contra a justiça.

Que lucrôu o governo com a proibição do comércio e das reuniões? Fez porventura, com que o povo deixasse de pensar o que pensa? Não. O povo continua a odiar esse decreto-burla, e, de uma maneira ou de outra, por muito que pese à Moagem, à Vitória ou ao governo, justiça há de ser feita.

AO POVO DE LISBOA

(Nota oficiosa que teríamos publicado ontem, se os censores tivessem deixado circular o jornal).

Mais um acto triste acaba de ser cometido pelo liberal governo da presidência do liberal sr. António Granjo, representado pelo governador civil, não permitindo a realização do comércio que este organismo pretendia levar hoje a efeito, para que o povo se pronunciasse sobre o último decreto do mesmo governo que aumentou o preço do pão e criou os dois tipos, o que mais veio agravar a já angustiosa e torturante vida do produtor, na hora grave que passa para o proletariado.

A alta capacidade do sr. governador civil, não encontrando outra razão para proibir o comércio, fez-o alegando que assim procedia pelo facto de não lhe ter sido presente, o documento ou documentos a votar no comércio. Não compreendeu s. ex.ª que tal condição não está fora de toda a legalidade, mas é também irrealizável.

Semelhante condição só poderia partir, como partiu, da grande inteligência do governador civil.

Apesar da perspicaz resolução de s. ex.ª, a União dos Sindicatos Operários de Lisboa não deixa de cumprir a sua resolução, porquanto realizará hoje, em todas as associações de classe existentes em Lisboa e arredores, sessões públicas de protesto não já contra o decreto sobre o pão, mas também contra a atitude do governo proibindo o comércio, o qual comprovou com essa resolução que é contrário à liberdade de reunião e de pensamento.

Assim, este organismo convida todos os sindicatos de Lisboa e arredores a realizarem hoje, pelas 17 horas, sessões públicas para os fins acima indicados, devendo ser-lhes submetida a moção da C. G. T. — União dos Sindicatos Operários.

Manifestações realizadas

Centro Escolar Socialista de Alcântara

Esta agremiação socialista, apreciando o decreto que criou dois tipos de pão, aprovou a seguinte moção:

«Considerando que o novo decreto que estabelece o fabrico de 2 tipos de pão, só vem prejudicar as classes menos abastadas;

Considerando ainda que após tal decreto, desapareceu do mercado o chamado pão de 2.ª;

Este centro, reunido extraordinariamente para tratar deste assunto, resolveu mais uma vez optar por um único tipo de pão e aconselhar o povo de Alcântara a pagar pelo preço de 2.ª, o pão de 1.ª quando aquele desapareça do mercado».

Na próxima semana realiza-se uma sessão, protestando contra o citado decreto.

Operários da Limpeza e Sanidade Pública

Reuniram-se ontem em sessão de protesto contra o decreto que aumentou o preço do pão, tendo falado diversos oradores, entre eles três delegados da União dos Sindicatos Operários, aprovando-se uma moção com as seguintes conclusões:

1.ª Repudiar os dois tipos de pão e respectivamente os seus preços; 2.ª Dar todo o apoio à C. G. T. e U. S. O., para que estes organismos levem a efeito um grande protesto nacional, para que os magnatas da Moagem e seus cúmplices não triunfem; 3.ª Guardar as determinações da C. G. T. e U. S. O. para que a bolsa dos trabalhadores não seja assaltada».

A sessão foi encerrada com vivas à organização operária, Batalha, etc.

Compositores Tipográficos

A comissão administrativa da Associação dos Compositores Tipográficos, em sua última reunião, aprovou a seguinte moção:

«Considerando que todos os gêneros industriais a vida tem subido de preço, numa forma espantosa, nos últimos dois meses;

considerando que, de cada vez mais, a vida se torna cada vez mais cara, e mais livre e descaída, compela a justiça absoluta dos assalariados e empregados de certos negócios, que a sombra da fome e da miséria de nos todos, acumulam grandes fortunas;

considerando que a imprensa burguesa, ao de levantar campanhas contra os cri-

minhos provocadores desta situação, apontando a exploração pública dos assalariados e empregados nos seus criminosos intentos;

considerando que os decretos do governo, longe de procurar suavizar a aflição da vida que se atravessa, a sobrecarregam mais, dando-nos pão a dezasseis tostões o quilo, etc.

A Comissão Administrativa da Associação dos Compositores, em nome da classe que representa, resolve consignar o seu mais veemente protesto contra tanta inércia, criminoso desmazelo e absoluto desprezo da parte daqueles que tinham o dever de zelar a administração e defender os interesses de todos os prejudicados e sofredores de tão desgratada situação.

No Sindicato Unico da Construção Civil

Ontem, cerca das 18 horas, quando se estava celebrando a sessão de protesto contra o último decreto sobre o pão, tendo já feito uso da palavra três oradores, entrou na sala um chefe de polícia acompanhado de alguns guardas, comunicando ao presidente que a sessão não podia continuar, pois o sr. governador civil não permitia reuniões com mais de trinta pessoas.

Naturalmente fez-se notar a estranheza de tal proibição, mas a polícia respondeu que tinha ordens para não permitir a sessão e portanto os assistentes tinham que abandonar o edifício.

Os operários presentes ao tomarem conhecimento da intimação da polícia, manifestaram-se contra o arbítrio que se praticava, dando muitos vivas à organização operária, à greve, à Batalha, etc., manifestações que se repetiram na rua.

Cá fora, em volta do edifício onde estão instaladas as sedes de diversas colectividades operárias e as oficinas de A. Batalha, estacionavam forças da guarda republicana, prontas a entrar em acção. Desta vez não cometeu nenhuma das suas costumadas tropelias, tendo dispersado a multidão na melhor ordem.

Depois retiraram essas forças, ficando junto à porta da rua dois guardas civis, que só permitiam a entrada a quem se dirigia às nossas oficinas.

Descarregadores de Mar e Terra

Reuniram-se em sessão de protesto para apreciar vários assuntos e entre eles o decreto sobre o aumento e criação do pão de dois tipos. A assembleia manifestou de uma maneira enérgica a sua repulsa por semelhante decreto.

Na Secção Metalúrgica de Almada

Na sua assembleia geral realizada na sexta-feira, foi votada por unanimidade uma moção de protesto contra o decreto dos dois tipos de pão e consequente aumento de preço, e contra a proibição do comércio que a U. S. O. de Almada pretende realizar contra o referido decreto.

A sessão terminou com vivas à Federação Metalúrgica, C. G. T., Batalha e gritos de abaixo o decreto da fome.

Corticeiros do Povo do Bispo

Apesar de ser, como todas as outras sessões, interrompida a dos operários corticeiros desta secção, ainda foi aprovada a moção da C. G. T.

A polícia entrou na sala antes da moção ser aprovada, porém, o camarada Luis Carlos Vieira, contra as recomendações das autoridades que o queriam impedir de que falasse, perguntou aos que se encontravam presentes se aprovavam ou não a moção, sendo esta aprovada por aclamação.

Taneiros de Lisboa

Devido às perseguições da polícia a hora a que havia de começar a sessão poucas pessoas se encontravam na sala. Porém, esses poucos que ali se encontravam antes de abandonar a associação aprovaram unanimemente a moção, que, aliás, está no âmbito de toda a gente.

S. U. da Construção Civil e S. U. Metalúrgico

Nas secções de Belém, destes Sindicatos realizou-se ontem, com grande assistência, a sessão de protesto contra o decreto do pão.

Falaram inúmeros oradores, que, entre várias considerações, aconselharam o povo a mostrar-se enérgico e decidido ante as afrontas dos de cima. Citou-se o exemplo de energia dos operários italianos que ocuparam as fábricas, como resposta ao lock-out patronal.

Decidiu-se acompanhar a U. S. O. e a C. G. T. nos seus movimentos de protesto contra a carestia da vida e contra o decreto da fome.

A sessão terminou pelas 22 horas, notando-se um entusiasmo indescritível.

Pessoal do Arsenal do Exército

Com uma numerosa concorrência, na qual se destacava galhardamente o elemento feminino, realizou-se anteontem na Associação de Classe dos Fabricantes de Armas e Offícios Acessórios uma sessão de protesto contra o decreto do pão presidido pelo camarada João Rocha dos Santos, secretariado por José Marinho, e Raúl Pinto.

Falou em primeiro lugar o camarada Carlos Freire, delegado da C. G. T., que fez uma bem detalhada análise do operariado italiano, estabelecendo o paralelo com a quasi indiferença do operariado português, que em sua opinião devia seguir o exemplo daqueles seus camaradas, cuja acção está certo que há de repercutir-se em toda a política dos governos da Europa.

Referindo-se ao decreto do pão, tem palavras de veemente indignação, contra a forma como os governos resolvem o problema da alimentação pública, que classifica de troca, pois que é bem evidente a protecção dispensada aos causadores da fome da população.

Seguiu-se João Coelho que analisando a miséria das classes operárias, em especial dos assalariados que ainda auferem salários antigos muito desproporcionados com o custo sempre crescente da vida e

que se vêem a braços com uma situação desesperada, ainda para mais agravada pelos governos com decretos monstruosos como o do pão contra o qual lava o mais indignado protesto.

Fala por último Júlio Luis, que depois de dirigir um cerrado ataque aos especuladores e traficantes com a alimentação do povo, apresenta uma moção com as seguintes conclusões:

1.ª Protestar enérgicamente contra o aumento do preço do pão, e bem assim contra a criação dos dois tipos do mesmo. 2.ª Acompanhar a C. G. T. no seu movimento por abate do custo da vida e em todos os que com o mesmo se relacionarem. 3.ª Se não o inermemente defender das classes trabalhadoras, o jornal A Batalha, e os seus redactores por terem sido lizos do vil atentado de 28 do mês findo.

A sessão foi encerrada aos vivas à Batalha, à C. G. T., ao pessoal arsenalista, e ao operariado de todo o mundo.

Pessoal do Arsenal de Marinha e Cordoaria Nacional

Nesta associação de classe, também se realizou uma sessão de protesto contra o decreto que constituiu o aumento e a criação de dois tipos de pão, presidido à reunião o camarada Edmundo Vaz.

O camarada Júlio Luis, delegado da C. G. T., Alberto Baptista, e Francisco Nunes Chabeca, atacaram com energia o decreto do pão, afirmando que só por uma acção enérgica de protesto da classe operária se pode obter a continuação de semelhante monstruosidade, sendo por fim aprovada por aclamação uma moção, na qual se resolveu, protestar contra o criminoso decreto fazendo constar ao governo a atitude da classe ali reunida; fazer a máxima propaganda para que a classe não falte às sessões promovidas pela U. S. O., dar todo o apoio à C. G. T., no sentido de fazer vingar a reclamação, do tipo único como foi reclamado pelo exilado U. O. N., encerrando-se a sessão por uma saudação aos operários de Setúbal, à Batalha, à C. G. T., sendo também levantados protestos contra a proibição do comércio de Almada.

Manifestações a realizar

Manipuladores de pão

Em consequência de não ter sido consentida a assembleia magna dos Sindicatos Operários, pela polícia, não se efectuou também a assembleia geral desta classe, que estava marcada para as 18 horas, tendo porém a direcção, numa reunião imediatamente efectuada, protestado contra uma deliberação que considerava atentatória do direito de reunião e de liberdade e que mais uma vez veio demonstrar a falência da República burguesa e dos seus governantes.

Alinda tratou da questão da venda do pão de segunda classe ao domicílio, especialmente em Belém, Pedrogos, Campo Grande, etc., visto o povo de Alentejo, Cruz Quebrada, Dafundo e outras localidades, se abastecerem das padarias dali, não havendo portanto razão para que a proibição aos respectivos vendedores se mantenha, desde que se permitam a saída dele para as respectivas povoações.

Por último, resolveu que se realizasse hoje, pelas 11 horas, uma assembleia magna, a fim de tratar do aumento de salários.

Grémio Socialista de Lisboa

Realiza-se hoje, às 21 horas, na rua do Bonfins, 150, a sessão de protesto contra a carestia da vida, promovida pelo Grémio Socialista de Lisboa, em que fazem uso da palavra o dr. Agostinho Fontes, deputados Ladislau Batalha e Dias da Silva, Sousa Neves, Conceição Vasques, Augusto Marques e António Luis Horta.

São convidadas todas as agremiações e o povo em geral.

Na província e arredores

Nas Caldas da Rainha

O pão de 2.ª é mau e tem-se vendido a 600! Vai realizar-se um comício público.

O nosso solicitado correspondente nas Caldas da Rainha, enviou-nos na sexta-feira, às 18.35, um telegrama, que nos relatando o pão que ali se tem passado sobre o pão. Estranhamos que tanto tempo levasse um despacho telegráfico a vir das Caldas aqui, pois não é tão grande a distância.

Segue, pois, o telegrama, que ontem teríamos dado à estampa se o sr. Granjo não tivesse mandado o contrário.

«CALDAS DA RAINHA, 10. — Informaram-me que a comissão local foi junto do administrador do concelho protestar contra o mau pão de 1.ª, que pela sua falta de peso o torna mais caro que em Lisboa, apesar de ser de pior qualidade, escasseando também. O pão de 2.ª é horrível e já houve quem o vendesse a 600, parecendo ainda que subira mais. A farinha deste pão é subtrahida para panificar o de 1.ª, tendo o comerciante Ladeira mandado peneirar a farinha do pão de 2.ª para indubiar o público, vendendo-o como se fosse de 1.ª qualidade. A câmara vai tomar conta da farinha obrigando a vender o pão pelo preço da tabela, parecendo, porém, que tal medida não surtirá efeito. O administrador diz que nada pode fazer, pedindo a demissão por esse e outros factos. Vai realizar-se um comício público, esperando-se ansiosamente rápidas providências. — C.

Comício no Barreiro

A fim de tratar do decreto do pão e da proibição do comércio de Lisboa.

Realizou-se ontem, organizado pelos sindicatos locais o comício que estava anunciado para a praça da República e em consequência dos esforços empregados pelo sr. Franca, administrador do Barreiro, se realizou no quintal da Associação dos Ferrovieiros do Sul e Sueste, sob a presidência do camarada Entrudo Júnior, secretariado por Armando Pratas e António Bento.

Usaram da palavra representando a C. G. T. o camarada Alfredo Pinto, pe-

União dos Sindicatos Operários

Conselho de delegados

Na sua reunião realizada na quinta-feira p. p., tomou-se conhecimento de credenciais acreditando os camaradas Jaime Tiago e João da Cruz, respectivamente delegados efectivo e adjunto do Sindicato dos Operários da Limpeza e Sanidade, e o camarada Anibal da Silva, delegado do sindicato dos alfaiates, em substituição de um outro delegado que pediu a demissão por falta de saúde. Foram lidas mais credenciais de outros sindicatos que, por não estarem presentes os respectivos delegados, ficaram para ser novamente lidas na próxima reunião.

O Conselho tomou conhecimento e apreciou um documento enviado do Sindicato dos Operários da Companhia das Águas, respeitante à censura por este organismo feita pela forma como se conduzia no pedido de aumento de salário. Não só sobre este assunto como também no que respeita à atitude dos Sindicatos dos Operários Barbeiros e do Pessoal dos Tabacos, o Conselho resolveu que essa discussão se adiasse para prosseguir na sua futura reunião.

O decreto sobre o pão

O Conselho tomou conhecimento das resoluções tomadas pelo Conselho Central da C. G. T., sobre este tão importante assunto, protestando contra o decreto que mais veio agravar a situação económica da classe trabalhadora e deliberou por fim — dada a hipótese da proibição do comércio — dar plenos poderes à comissão administrativa para resolver o caminho a seguir.

Sugestivamente ocupou-se mais uma vez da questão ainda latente no que respeita à situação da Sociedade «A Voz do Operário», resolvendo que a comissão administrativa realize uma demarcação que se julgaram úteis, do que dará conta à próxima reunião. Protestou contra a proibição do comércio em Almada, que se devia realizar na p. p. quinta-feira, e aprovou uma saudação ao operariado de Setúbal pela sua enérgica atitude em deusa da questão económica.

EM TORRES NOVAS

As classes trabalhadoras organizam-se

TORRES NOVAS, 7. — C. — Compreendendo, enfim, a sua situação na sociedade, em que uns têm o superfluo e outros só conhecem a miséria e o sofrimento, as classes trabalhadoras deste concelho reuniram em sessão preparatória para tratar de lançar as bases de uma união profissional.

Aberta a sessão pelo camarada Francisco dos Santos Lapeiro, lembrou a assembleia para que se seja nomeado para a presidência o camarada Emílio Carneiro, que aceitava, convidando para secretário os camaradas Manuel Ferreira Moraes e Francisco Pereira Prata.

O camarada presidente expôs os fins para que foi convocada aquela reunião, depois do que a palavra passou ao camarada Manuel da Encarnação, que fez a apologia da comissão organizadora, iniciando todos os trabalhadores a associação.

Seguiu-se no uso da palavra o camarada Manuel Marques Sapodes, que protestou enérgicamente contra o assalto à Batalha, lembrando aos camaradas para contribuírem com o máximo do seu esforço para que o jornal dos trabalhadores prosiga na luta pela defesa dos oprimidos.

O camarada Cavaleiro fala seguindo a mesma ordem de ideias, depois do que é nomeada a comissão organizadora, que ficou composta das seguintes camaradas: João de Assis Ferreira, Faustino Bretes, Francisco dos Santos Lapeiro, Joaquim Vicente Pedrosa, Manuel Raimundo, Manuel Carneiro Júnior e António Campos Faria.

Por fim foi aberta uma sessão preparatória, que reuniu 12319, sendo encerrada a sessão no meio dos mais entusiasmados aplausos.

Conforme ficou resolvido, na próxima terça-feira realiza-se outra reunião da classe.

Os Corticeiros, Francisco Pincho e Francisco Fernandes, pela Construção Civil, Alvaro Reis, pelos Ferrovieiros, Manuel Reis, Armando Pratas e Miguel Correa, verbalizando todos com argumentos friseiros a situação presente sobre a carestia da vida e o novo decreto de novos tipos de pão. Foi aprovada por aclamação a moção apresentada pela C. G. T.

No final do comício foi tirada uma quebra para os presos por questões sociais que rendeu a importância de 18510 que foram entregues à respectiva comissão.

No Seixal

Realiza-se uma reunião de protesto, que esteve muito concorrida.

SEIXAL, 12. — Como havíamos noticiado, realizou-se hoje a anunciada reunião de protesto contra a carestia da vida e principalmente contra o último decreto do pão.

Apesar de se acharem repletas as salas, muito maior seria a multidão se o povo do Seixal não tivesse perdido a noite na extinção dum incêndio que ocorreu numa fábrica de cortiça, no intuito de os seus operários não ficarem na miséria, se o fogo fosse total.

A's 15 horas, o presidente da mesa dá a palavra ao representante da U. S. O. do Seixal, que expõe os motivos da reunião.

O administrador do concelho, pedindo a palavra, declara que, ao contrário do que alguns jornais noticiaram, não promove, com qualquer organização política, nenhum comício, e se criaturas que tem interesse em o prejudicar, deam vultu a esse facto falso.

Seguem-se os delegados da C. G. T., F. C. Civil e das diversas classes do Seixal, que verbalizam o procedimento de todos os exploradores da miséria do povo, levantando-se vivas à C. G. T., U. S. O. do Seixal e à Batalha, continuando ainda à hora de fechar este relato.

Sociedade absoluta, porque não havia força armada.

Lisboa Saralva

Tenho 21, do teu irmão, vai ter comigo de 8 a 0 da noite ao café Portas, rua de S. Paulo esquina da rua das Flores, — G. G.

MUNIÇÕES

PARA "A BATALHA"

Proseguimos hoje na publicação dos nomes das pessoas que têm contribuído, após o assalto de que foi alvo A Batalha, com munições para este jornal, o mais expressivo protesto que na verdade pode efectuar-se contra a brutalidade dos assaltantes, que supondo por termo, com a sua torpe proeza, a vida desta folha, cujas campanhas têm singularmente incomodado muito fiel leitor, vieram, pelo contrário, concorrer a assegurar a sua existência.

Seguem mais alguns nomes e a nota das respectivas importâncias:

Transporte..... 11.383\$13

Sebastião Simões 1800
Carlos Cardoso 5800
Augusto Neves Duarte 1800
Manuel Mateus 1500
Francisco António Namora 1800
Manuel Roque 950
José Dias Gonçalves (ferroviário) 1800
José Rodrigues 2350
Francisco Pais 2300
José Augusto Pegado 1800
Domingos Silva 350
Manuel Pereira 350
Manuel Peladinho 350
José Preixo 1800
Augusto Carlos Rodrigues 1800
José Figueiredo 1800
Feliciano António Azevedo 350
Manuel Valente 350
Adolfo Marques 350
Manuel Pereira 350
Um jovem 350
Manuel Pires 350
Quebre no Entreposto Central da E. P. L. 10850
Cândido Frutuoso 350
Jaime José Gomes 1800
José Lopes da Cruz 350
Isidro Crespo 2300
Isidoro Gonçalves Correa 2350
Um esperantista 350

Quebre entre os operários das oficinas da "garagem" de António Fernandes & C.ª

Contribuintes:

João Augusto da Cruz 1490
Augusto dos Santos Figueiredo 1800
Alvaro Marques Fontes 350
José Raimundo Martins 350
Joaquim Lucena 350
Manuel Marques 350
Hermínio da Silva 350
João m da Oliveira 350
Joaquim Fonseca 350
Arsenio Pereira 350
Arnaldo Lopes 350
Serafim da Silva 350
H. F. 350
Amando Marques 350
José Jerónimo 350
Augusto Pereira 350
Carlos Moreira Marques (aprendiz) 350
Carlos B. Garmido (aprendiz) 350
Francisco Figueiredo (aprendiz) 350
Manuel Fernandes (aprendiz) 350
Manuel Duarte Rodrigues 350
José Duarte Rodrigues 350

Quebre aberta entre os operários do Foralando José António — Travessa do Cabo

Contribuintes:

Ílido (encarregado) 1800
Bermardo dos Santos 1800
Fortunato Nunes 1800
Daniel Esteves 1800
Francisco dos Santos 1800
José 1800
Gregório dos Santos Barraqueiro 550
João 550

Quebre aberta na cantinharia do Pórtico — Contribuintes:

Jerónimo Custódio Nunes 550
Albino de Jesus Silva 550
Adelino Rodrigues 550
José Rocha 550
Alfredo Lima 550
António Maria 550
Alberto Moreira 550
Francisco Silva 550
Teodoro Custódio Nunes 550
António Custódio Nunes 550
José 550
Carlos Santos 550
José Gomes 550

Quebre aberta entre os operários do 6.º grupo de cantinharias da C. M. L. — Contribuintes:

José da Silva 665
Carlos Gonçalves 665
Pedro da Silva 665
Francisco S. Rego 665
José Faria 665
Vitor António Baptista 665
Manuel da Conceição 665
Estevão Mota 665

Quebre entre um grupo de construtores de macadã da C. M. L. Um dia de subversão:

Manuel Boto Lopes 2800
António Dias 665
Manuel Joaquim 665
Manuel Nunes 665
O encarregado de colectores Luís José Gomes e sua esposa 1950

Quebre na obra do sr. Feijó (Alameda das Linhas de Torres) — Contribuintes:

Artur dos Santos 550
António Ferreira 550
Francisco Marques 550
Jacinto Alves 550
José de Castro 550
António dos Santos 550
José dos Santos 550
Francisco Tomás 550

A transportar..... 11.454\$33

Creanças desaparecidas

De casa de seu pai Joaquim Mata, Bairro Serrado, R. 2.ª, cave, desapareceram na noite de 4. António Filipe e Carlos Filipe, de 13 e 11 anos. O António veste calça de cotão à militar, casaco cinzento, botas escuras, botas pretas, tem o rosto comprido, olhos e cabelo pretos.

O Carlos veste calça de cotão, casaco de kiki e botas brancas e bonet escuro sem palha, tem o rosto redondo, olhos castanhos e cabelo amarelo.

Pede-se a quem saiba do seu paradeiro e favor de indicá-lo para a morada indicada.

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Federação Corticeira. — Do Porto e Gaia comunicaram a esta Federação que os industriais corticeiros pretendem aumentar aos seus camoradas de ambos os sexos 9 00, excepto a firma Meneses, Limitada, que aumenta 20 00 aos homens e 14 00 às mulheres.

As resoluções da secção de cortiça, da Associação Industrial Portuguesa, aumentando 20 00 indistintamente ao operariado corticeiro de ambos os sexos de todo o país, não foram cumpridas pelos industriais do Porto e Gaia, que à região onde mais se paga.

A Federação oficiou neste sentido à Secção de Cortiça, da Associação Industrial Portuguesa, e aguarda a sua resposta a fim de tomar a sua atitude, tencionando mandar um delegado para esclarecer os grevistas e orientá-los convenientemente para se manterem resistentes no conflito, oficiando para os seus sindicatos para abrirem subscrições, de modo a acoirar a algumas das suas necessidades.

Caixeiros de Lisboa. — Reuniu a direcção deste sindicato, lançando na acta um voto de satisfação por ter sido posto em liberdade o camarada Edmundo Relvas, valioso elemento desta colectividade, e protestando contra a baldada agressão de que foi vítima o seu camarada João Francisco Cabecinha, de 60 anos, grande propagandista, a quem os classes dos empregados no comércio muito deu, espantado por elementos que se encontravam no café da Brasileira, do Rossio, no ocasião em que criticava o assalto à Batalha.

Encontra-se aberta a subscrição para a compra de material tipográfico para a montagem dum oficina sindical, estando patentes na sede, rua António Maria Cardoso 20 1.ª, as listas angariadoras de auxilio.

EM COIMBRA REALIZA-SE EM OUTUBRO

O I Congresso Nacional da Indústria do Mobiliário

AS DUAS PRIMEIRAS TESES

Tese de organização corporativa

Presidência congressistas:

A situação social que ora se faz sentir é a mais cabal demonstração da quebra do regime capitalista-burguês. Assim, hoje a organização operária será fundada a gestão das indústrias, a ela compete, prevendo as eventualidades que devem surgir do desequilíbrio econômico e social—criar todas as instituições competentes para assumir as responsabilidades que a revolução econômica lhe trará. Acentuando-se mais a dia, a necessidade de fortalecer e unificar toda a acção operária, na maior inteligência que deve conduzir, a legião enorme de espoliados à realidade, é chegada o momento da imediata realização duma das mais belas aspirações do proletariado mobiliário—a Federação Corporativa.

A diferenciação de táticas, o dogmatismo que impedia ainda em alguns organismos da nossa indústria e as dificuldades na capacidade operária, impossibilita-nos de apresentar um mais perfeito trabalho, tornando mais lata a missão do organismo que se pretende fundar.

Todavia, para que o proletariado possa aquela capacidade directiva, é mister que o vá adestrando a novas fórmulas e métodos que só lhe poderão ser ministrados pela Federação, suprimindo-lhe os preconceitos nocivos à sua emancipação.

A supressão completa não nos foi possível chegar a, e os estatutos da Federação conseguiram algumas disposições já aprovadas no 2.º Congresso Nacional Operário, é porque elas não foram observadas pelos organismos da indústria, só exceptuando os de Lisboa, Coimbra e Porto, e que nós lhe reconheceremos a imprescindibilidade da sua execução.

Da definição da orientação do nosso organismo federativo, tivemos o cuidado de deixar que deve puramente sindicalista. A dolorosa ligação dos factos nua, que, entre a classe operária e capitalista, divergem os pontos, por se diferenciarem os objectivos, do que se defende que toda a acção operária deve obedecer ao seu próprio esforço, não permitindo que nela se insinua a influência política ou religiosa, que só contribui para o seu estacionamento.

Deve modo, unificada que deve ser a acção do operariado, manifesta a necessidade de em todas as realidades corporativas se estabelecer o princípio da concentração de forças operárias na luta contra o inimigo comum—a burguesia.

Também se fixámos a orientação exacta no capítulo *Greves*, ela não obedece a imposição dogmática, mas por a sua experiência nos demonstrar que os movimentos carecem de preparação, oportunidade e decisão, de todos os interessados.

Da falta de observação a estes pontos resulta a perda de esforços e, como consequência, a saída de operários para outra região, indo afectar a situação que ali se encontram.

Do uso do label confederal e federal—se, como o da caderneta confederal.

A despeito de já ser um princípio estabelecido, ainda a maioria dos organismos da indústria não o possui, o que o deverá fazer, para serem reconhecidos para todos os efeitos de solidariedade.

Estando confiada às Federações um papel a desempenhar no respeitante à produção e consumo, e reconhecendo esta a deficiência na organização do trabalho e a infinidade de interesses que se contribuem para o melhoramento da indústria, dos seus interesses, várias vezes os resultados, sendo os operários lançados a uma mais crua miséria, como o futuro que se aproxima, indicado pela desvalorização da moeda, etc., devemos que a Federação deve criar o Conselho Técnico, que estudará as condições gerais da indústria no presente e futuro e regulará o trabalho de modo a ser equitativamente distribuído entre os operários.

Criação das oficinas sindicais imprecisa, reconhecida a sua possibilidade, não se caberão os operários no desequilíbrio do profissionalismo. O organismo comanditário de trabalho, e que o trabalho seja absorvido por uma parte, quando outra atravessa uma situação existencial, inibindo-a de realizar os meios de subsistência, e que a causa deram a liberdade.

Com o intuito que essas manifestações se produzam, escudadas num autêntico moral por não serem exequíveis, baseadas na nossa revolta, e por representar um princípio de solidariedade, julgamos imprescindível a criação da Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, e por isso consignamos nestes estatutos.

Os seus fundos serão diminuídos, pela intervenção que lhes cabe, não dando lugar a suprir as mais urgentes necessidades dos federados quando na situação de crise.

Na luta que a classe operária mantém contra a mancomunação de interesses entre a burguesia e os governos, da qual fazem parte, tem, destes fenómenos sociais, originados na ferrea lei do Estado, sido criada numerosas vitórias, que, lançadas para as prisões vãs, é triste constatar—recebermos desprezo, a mais ingrata manifestação, ao esforço despendido por aqueles que à causa deram a liberdade.

Com o intuito que essas manifestações se produzam, escudadas num autêntico moral por não serem exequíveis, baseadas na nossa revolta, e por representar um princípio de solidariedade, julgamos imprescindível a criação da Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, e por isso consignamos nestes estatutos.

Os seus fundos serão diminuídos, pela intervenção que lhes cabe, não dando lugar a suprir as mais urgentes necessidades dos federados quando na situação de crise.

Na luta que a classe operária mantém contra a mancomunação de interesses entre a burguesia e os governos, da qual fazem parte, tem, destes fenómenos sociais, originados na ferrea lei do Estado, sido criada numerosas vitórias, que, lançadas para as prisões vãs, é triste constatar—recebermos desprezo, a mais ingrata manifestação, ao esforço despendido por aqueles que à causa deram a liberdade.

Com o intuito que essas manifestações se produzam, escudadas num autêntico moral por não serem exequíveis, baseadas na nossa revolta, e por representar um princípio de solidariedade, julgamos imprescindível a criação da Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, e por isso consignamos nestes estatutos.

Os seus fundos serão diminuídos, pela intervenção que lhes cabe, não dando lugar a suprir as mais urgentes necessidades dos federados quando na situação de crise.

trials em todos os Sindicatos da Indústria;

3.º Pagar pela criação de oficinas sindicais, onde as conveniências o determinem, e pelo imediato estabelecimento do regime comanditário de trabalho;

4.º Instituir um conselho técnico, que terá por incumbência estudar o desenvolvimento industrial em todas as suas fases, estabelecendo anualmente um serviço de estatísticas sobre matérias primas e produção;

5.º Constituir e Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, na sede, e Seções e bolsins em todas as associações aderentes;

6.º Uniformizar os salários em todas as localidades, evitando deste modo o exodo de operários em várias regiões;

7.º Manter a mais completa solidariedade, quer moral ou material, aos sindicatos aderentes e aos federados quando dela careçam, proveniente das lutas travadas entre o capital e o trabalho;

8.º Manter as mais amistosas relações com toda a organização operária, quer nacional ou internacionalmente;

9.º Dum modo geral, ocupar-se de todas as questões que afectam a vida económica dos federados e procurar melhorá-los da forma mais consentânea aos interesses da organização operária.

CAPÍTULO II

Da constituição

Art. 3.º A Federação Nacional dos Operários da Indústria do Mobiliário de Portugal é constituída pelos organismos da indústria, a saber:

- a) Sindicatos Unicos;
- b) Associações Classe;
- c) Seções Sindicais;
- d) Núcleos Sindicais;

§ 1.º Exceptuam-se das alíneas anteriores os organismos que constituam desdobramento;

§ 2.º Aos organismos que estejam dentro do critério estabelecido nestes estatutos e que cumpram as suas disposições, nunca lhes poderá ser recusada a sua entrada na Federação;

Art. 4.º Os organismos que desejarem ingressar na Federação, além de no acto da adesão terem que contribuir com a cota estabelecida no n.º 2 do art. 23.º, falo não da seguinte forma:

Em officio, devidamente autenticada pelo respectivo carimbo, enviado à comissão administrativa, no qual conste a sua população associativa e a aceitação do presente estatuto, enviando por sua vez o que possuir;

Art. 5.º As adesões só serão aceites quando os organismos se conformem com as seguintes disposições:

- a) Aceitar a luta económica contra o Estado e patronato, dentro do princípio puramente sindicalista;
- b) Estabelecer o serviço de cobrança se ainda não o fizeram, como consta do art. 33.º;
- c) Aderir à respectiva União Local;

Art. 6.º Assim que os organismos de uma respectiva adesão, deverão requerir à comissão administrativa selos correspondentes à sua população associativa e suficientes para a cobrança mensal.

§ único. Todas as requisições de selos serão sempre acompanhadas das importâncias respectivas e de officio autenticada pelo carimbo;

Art. 7.º Os organismos aderentes deverão satisfazer a cotização que lhes competir, segundo este estatuto, ficando com o direito de requisitar da Federação todos os esclarecimentos que necessitem e bem assim todo o auxílio que careçam para prover as necessidades da organização quando consentâneas com os objectivos desta Federação;

Art. 8.º Os organismos federados conservam integral autonomia no respeitante ao seu funcionamento especial.

CAPÍTULO III

Do Conselho Federal

Art. 9.º O conselho federal é formado pela reunião dos delegados representantes dos organismos aderentes.

Art. 10.º Cada organismo é representado por 3 delegados.

§ único. Os mandatos dos delegados são revogáveis a todo o tempo, pelos respectivos organismos, quando haja justificado motivo.

Art. 11.º São atribuições do conselho:

- a) Executar as decisões dos Congressos;
- b) Intervir em todas as manifestações corporativas, e pronunciar-se em todos os assuntos referentes ao desenvolvimento da organização;
- c) Enviar delegados aos organismos federados, quando estes os requirirem, ou quando para tal se reconheça a sua necessidade;
- d) Prestar todo o apoio moral e material aos federados em greve, quando se cumpram as disposições do Capítulo VIII;
- e) Apresentar aos Congressos um relatório escrito do estado moral e financeiro da Federação;
- f) Estudar todos os assuntos gerais no interesse do proletariado mobiliário.

Art. 12.º O conselho federal, quando reconheça em algum dos seus delegados falta de assiduidade, incompetência, incompatibilidade moral ou tendências para desvio dos fins da organização, demiti-lo-á e comunicará ao organismo que ele represente o motivo da sua demissão.

Art. 13.º O conselho reúne-se com qualquer número de delegados ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que a comissão administrativa o convoque.

§ único. Todas as resoluções são válidas quando tomadas por maioria.

Art. 14.º Quando o conselho tenha dúvidas sobre qualquer questão que lhe for apresentada para resolver, submeterá a mesma ao estudo dos organismos aderentes, comunicando-lhe estes, por escrito, o resultado do seu estudo, salvo se preferirem tratá-la no Congresso imediato.

Art. 15.º Os trabalhos do conselho dirigidos por uma mesa composta de um presidente, nomeado em cada sessão, e de dois secretários eleitos anualmente.

Art. 16.º Todos os delegados deverão fazer interessar os organismos que representam na vida da Federação, mantendo assidua correspondência com eles.

CAPÍTULO IV

Da administração

Art. 17.º A Federação será gerida por uma comissão administrativa, eleita pelo Congresso, que servirá durante dois anos e é composta de cinco membros: um secretário geral, um secretário adjunto, um bibliotecário arquivista, um tesoureiro e um vogal.

§ único. Esta comissão servirá de Congresso a Congresso, salvo o caso do conselho federal reconhecer a necessidade da substituição de qualquer dos seus membros ou da sua totalidade.

Art. 18.º São atribuições da comissão administrativa:

- 1.º A parte administrativa da Federação;
- 2.º Executar as decisões do Conselho Federal quando sejam de carácter geral, salvo quando o mesmo preferir a nomeação duma comissão especial;
- 3.º Inquirir das condições morais e económicas dos federados, e diligenciar melhorá-las;
- 4.º Apresentar semestralmente ao Conselho Federal um mapa de receita e despesa, com um relatório do estado moral e financeiro da Federação;
- 5.º Estudar todas as questões urgentes e apresentar os seus resultados ao conselho federal;

§ 1.º A fim de dar mais completo desempenho às atribuições desta comissão, quando as circunstâncias o permitirem, manterá um mensário, órgão da Federação, intitulado *O Mobiliário*, que será distribuído gratuitamente aos federados.

§ 2.º A comissão reúne-se uma vez por semana, ordinariamente, e extraordinariamente sempre que se reconheça a necessidade.

Art. 19.º Todos os serviços prestados por qualquer comissão ou delegacia serão gratuitos, quando não tenham de perder trabalho; porém, os dias perdidos para esse fim serão pagos por igual salário ao que os comissionados auferem no exercício da sua profissão. Os transportes e hospedagem serão-lhes pagos também.

Art. 20.º Considerar-se há demissão o membro de qualquer comissão que tenha cinco faltas consecutivas sem motivo justificado.

Art. 21.º Em caso de demissão parcial de membros da comissão ou de revogação do respectivo mandato, mesmo que essa demissão ou revogação compreenda a maioria, os restantes de continuar no exercício das suas funções até decisão do conselho.

Art. 22.º Compete, especialmente ao secretário geral: Fazer toda a correspondência, convocar as reuniões da comissão e conselho; comparecer em todas as reuniões das comissões existentes na Federação; relatar os trabalhos que forem apresentados ao conselho e representar a Federação quando e onde seja preciso.

Art. 23.º Ao secretário adjunto: redigir as actas da comissão administrativa e fazer toda a escrita administrativa.

Art. 24.º Ao bibliotecário arquivista: arquivar todos os livros, documentos, etc., e velar pela sua conservação.

Art. 25.º Ao tesoureiro: ter sob sua guarda os fundos e documentos de receita e despesa, e, desde que tenham o visto do secretário geral, pagar todos os documentos de despesa, assinar os recibos de cotas e prestar contas de toda a gerência.

Art. 26.º Ao vogal: auxiliar todos os trabalhos da comissão.

Art. 27.º São de mútua responsabilidade todos os actos desta comissão.

CAPÍTULO V

Dos Congressos

Art. 28.º A Federação celebrará de dois em dois anos o seu Congresso, devendo cada Sindicato, Associação, Seção ou Núcleo fazer-se representar por um ou três delegados, escolhidos de entre os seus associados ou de maior competência.

§ 1.º E' facultativo aos organismos que não possuam fundos para representar-se directamente, fazê-lo indirectamente.

§ 2.º As delegações, quer directas ou indirectas, só serão aceites quando apresentadas por sindicatos e assalariados da indústria e que não exerçam funções políticas ou cargos de confiança do governo.

§ 3.º Cada delegado só poderá acumular duas delegações.

Art. 29.º As reuniões do Congresso realizar-se-ão em dias fixados pelo conselho federal com a antecedência de três meses.

Art. 30.º Cada organismo aderente comunicará à Federação as questões que deseja submeter ao Congresso a fim de ser incluídas na *Ordem de Trabalhos* e esta será submetida com a máxima antecedência ao estudo dos organismos aderentes.

Art. 31.º As cotas para as despesas do Congresso serão fixadas pelo conselho federal.

Art. 32.º Quando o conselho tenha dúvidas sobre qualquer questão que lhe for apresentada para resolver, submeterá a mesma ao estudo dos organismos aderentes, comunicando-lhe estes, por escrito, o resultado do seu estudo, salvo se preferirem tratá-la no Congresso imediato.

Art. 33.º Os trabalhos do conselho dirigidos por uma mesa composta de um presidente, nomeado em cada sessão, e de dois secretários eleitos anualmente.

Art. 34.º Todos os delegados deverão fazer interessar os organismos que representam na vida da Federação, mantendo assidua correspondência com eles.

Art. 35.º Constituir e Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, na sede, e Seções e bolsins em todas as associações aderentes;

Art. 36.º Uniformizar os salários em todas as localidades, evitando deste modo o exodo de operários em várias regiões;

Art. 37.º Manter a mais completa solidariedade, quer moral ou material, aos sindicatos aderentes e aos federados quando dela careçam, proveniente das lutas travadas entre o capital e o trabalho;

Art. 38.º Manter as mais amistosas relações com toda a organização operária, quer nacional ou internacionalmente;

Art. 39.º Dum modo geral, ocupar-se de todas as questões que afectam a vida económica dos federados e procurar melhorá-los da forma mais consentânea aos interesses da organização operária.

Art. 40.º Assim que os organismos de uma respectiva adesão, deverão requerir à comissão administrativa selos correspondentes à sua população associativa e suficientes para a cobrança mensal.

Art. 41.º As adesões só serão aceites quando os organismos se conformem com as seguintes disposições:

- a) Aceitar a luta económica contra o Estado e patronato, dentro do princípio puramente sindicalista;
- b) Estabelecer o serviço de cobrança se ainda não o fizeram, como consta do art. 33.º;
- c) Aderir à respectiva União Local;

Art. 42.º Assim que os organismos de uma respectiva adesão, deverão requerir à comissão administrativa selos correspondentes à sua população associativa e suficientes para a cobrança mensal.

Art. 43.º As adesões só serão aceites quando os organismos se conformem com as seguintes disposições:

Art. 28.º Em cada Congresso será designado o local do imediato e eleito a comissão administrativa.

CAPÍTULO VI

Dos fundos

Art. 29.º Para permitir a Federação, desempenhar-se das suas atribuições, os organismos aderentes, deverão contribuir:

- 1.º Com um centavo por sindicato por semana;
- 2.º Com a cota de admissão de 1000, paga por uma só vez.

Art. 30.º Esta receita, e toda a extraordinária, proveniente de contribuições voluntárias, espectáculos, etc., constituem fundos da Federação, que terão a seguinte distribuição:

- 1.º 50 0/0 para as despesas gerais da Federação;
- 2.º 50 0/0 para a Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho.

Art. 31.º A tesouraria da Federação é uma só. Porém, a Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, ser-lhes-á entregue a percentagem a que alude o artigo anterior e só se destinará aos objectivos consignados nas alíneas a) e b) do art. 42.º

Art. 32.º Quando a exiguidade de fundos não permitir à Federação realizar qualquer trabalho de carácter geral, lançará aos organismos aderentes uma cotização extraordinária.

§ único. Em caso algum poderá ser estabelecida esta cotização sem serem consultados os organismos aderentes.

CAPÍTULO VII

Do label e caderneta

Art. 33.º Os organismos federados deverão usar em todos os seus documentos, independente do label confederal, o distintivo da Federação, *label*, para serem reconhecidos para os efeitos de solidariedade em casos de greves, etc.

Art. 34.º Os organismos aderentes que ainda não o fizeram, deverão estabelecer o serviço de cobrança pelas cadernetas confederais, nas quais será colado um selo correspondente à cota de sindicato.

Art. 35.º Nenhum sindicato terá direito a auxílio quando não possua a caderneta confederal.

§ único. A Federação fornecerá aos organismos aderentes todos os selos, *label* e cadernetas.

CAPÍTULO VIII

Das greves

Art. 36.º Os organismos aderentes, quando tenham que adoptar decisões susceptíveis de causar greve, deverão comunicar à Federação a fim de poder estar habilitada a prestar todo o auxílio, e dar sobre elas o seu parecer.

Art. 37.º A greve só poderá ser declarada depois de reconhecida a minúscula irredutibilidade patronal.

Art. 38.º A Federação apoiará todas as greves que tendam a melhorar as condições morais, económicas e profissionais dos federados, e bem assim as que sejam baseadas num princípio de solidariedade e dignidade operária.

Art. 39.º Quando pelo força de circunstâncias da organização, os organismos reconhecerem a necessidade da imediata declaração da greve, poderão fazer comunicando seguidamente à Federação as suas causas.

§ único. Todos os movimentos declarados nos termos destes estatutos serão apoiados moral e materialmente pela Federação.

CAPÍTULO IX

Do Conselho Técnico

Art. 40.º O conselho federal nomeará, de entre os seus membros, um Conselho Técnico, composto de cinco delegados que terá como missão:

- 1.º Promover o aperfeiçoamento técnico do operariado da indústria, estudando as fases e desenvolvimento da indústria;
- 2.º Estudar a introdução da maquinaria e sua aplicação na indústria, e apresentar o seu parecer ao conselho;
- 3.º Diligenciar a criação em todos os organismos aderentes de escolas profissionais que tornem aptos os federados ao cabal desempenho da sua missão;
- 4.º Constituir oficinas sindicais onde as conveniências o determinem, devendo para isso estar em contacto com as comissões de melhoramento dos organismos aderentes, que lhe facultarão todos os elementos necessários;
- 5.º Estabelecer o regime comanditário de todas as oficinas em que se reconheça a sua viabilidade;
- 6.º O funcionamento destas oficinas obedecerá a um regulamento elaborado por este conselho e que entrará em vigor depois de submetido à aprovação do Conselho Federal.

Art. 41.º Este conselho será eleito anualmente, nunca podendo tomar de liberação de carácter geral sem consultar o Conselho Federal.

CAPÍTULO X

Da Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho

Art. 42.º A Federação, instituirá e manterá uma Caixa de Solidariedade e Bolsas de Trabalho, composta de cinco membros nomeados pelo Conselho Federal.

Art. 43.º As funções desta instituição serão autónomas, fixadas num regulamento especial com os seguintes objectivos:

- a) Auxiliar monetariamente os federados quando presos por delitos de ordem social;
- b) Auxiliar moral e materialmente os federados quando perseguidos;

c) Regular a procura e a oferta do trabalho;

d) Colocar todos os federados sem trabalho nas fábricas e oficinas que ofereçam todas as garantias de segurança e que mantenham as regalias alcançadas pela organização;

e) Provocar a deslocação de federados das oficinas e localidades quando se reconheça a inferioridade dos seus salários, procurando assim elevá-los.

Art. 44.º Constitui fundos desta Caixa a percentagem de 50 0/0 da receita da Federação.

CAPÍTULO XI

Disposições gerais

Art. 45.º Os organismos federados não poderão recusar-se a prestar o seu concurso à execução de quaisquer trabalhos que a Federação promova em benefício do proletariado mobiliário, ou da organização operária em geral.

Art. 46.º Os organismos aderentes que estiverem em atraso de mais de três meses de cotização, serão suspensos de deixarem sem resposta o convite para explicações, ou o aviso para o pagamento que lhes for dirigido.

Art. 47.º Fora do organismo social nenhum membro da Federação a poder representar ou invocar a sua qualidade sem que para tal seja investido.

Art. 48.º Todos os organismos federados deverão nomear uma comissão de melhoramentos, encarregada de tratar das questões de indústria, referente à localidade, e um Bolsim de Trabalho, que estarão em contacto com a Federação.

Art. 49.º Uma vez que qualquer membro da Federação esteja nas condições do § 2.º do art. 24.º, não poderá fazer parte da Federação.

Art. 50.º Todos os benefícios a que os federados têm direito, conforme este estatuto, serão por eles recebidos por intermédio do organismo a que pertenciam.

Art. 51.º Os presentes estatutos só poderão ser alterados por outros congressos da indústria.

Art. 52.º No caso de dissolução da Federação os haveres líquidos serão distribuídos proporcionalmente pelos organismos que a hajam constituído.

A Comissão Organizadora.

Tese sobre a Indústria do Mobiliário

(Condições tozinas da indústria—Forma de debelar o mal)

Presidência camaradas:

Quando vós, operários, entráis na fábrica ou oficina, na ansia de ganhar com o produto dum trabalho útil o necessário para viver, não sabeis que, nessa vida agitada do labor cotidiano, ides encontrar a doença que vos aguarda, proveniente das matérias com que trabalhaiis.

Essa doença, que se faz lentamente, que quasi passa despercebida, é a doença que se central de repente e que em muitos casos nos impossibilita transitivamente quando não para sempre de exercermos a nossa actividade.

O ar pesado, espesso, deletério, cheio de emanções tóxicas, humanas e industriais, as poeiras secativas e irritantes, provenientes dos sais, ácidos e precipitados de que estão impregnados os artigos com que se manufacturam nos diversos ramos da indústria, espalham-se com tal subtilidade, que os operários não apreciam, mas que faz da atmosfera um denso nevoeiro que se respira nas poucas horas de trabalho.

As substâncias químicas, tóxicas e causticas, constantemente manejadas por milhares de operários, em anos consecutivos, desde manhã até à noite, fazem a doença profissional.

Essa doença, que, como dizemos, se faz lentamente, sem se sentir, estala num dia sob uma coisa qualquer que a evidencie: é a crise, a tuberculose e a neoplasia, principalmente nos fumadores, batedores de ouro e polidores.

Contribui bastante as condições do operário em si: a fadiga, resultante dum trabalho muscular intenso, por vezes violento, do horário do trabalho, da falta de descanso racional e da falta de higiene individual.

A má alimentação, o tabagismo, o alcoolismo, a má habitação, falta de luz e a falta de arejamento são outros tantos contribuintes.

O local onde o operário exerce o seu mister, que varia segundo os ramos da indústria—fábrica e oficina—quasi não é iluminado convenientemente, especialmente as primeiras, mercê da pouca atenção dispensada pelos industriais que não tem proeminentemente o trabalho muscular intenso, por vezes violento, do horário do trabalho, da falta de descanso racional e da falta de higiene individual.

A má alimentação, o tabagismo, o alcoolismo, a má habitação, falta de luz e a falta de arejamento são outros tantos contribuintes.

O local onde o operário exerce o seu mister, que varia segundo os ramos da indústria—fábrica e oficina—quasi não é iluminado convenientemente, especialmente as primeiras, mercê da pouca atenção dispensada pelos industriais que não tem proeminentemente o trabalho muscular intenso, por vezes violento, do horário do trabalho, da falta de descanso racional e da falta de higiene individual.

A má alimentação, o tabagismo, o alcoolismo, a má habitação, falta de luz e a falta de arejamento são outros tantos contribuintes.

O local onde o operário exerce o seu mister, que varia segundo os ramos da indústria—fábrica e oficina—quasi não é iluminado convenientemente, especialmente as primeiras, mercê da pouca atenção dispensada pelos industriais que não tem proeminentemente o trabalho muscular intenso, por vezes violento, do horário do trabalho, da falta de descanso racional e da falta de higiene individual.

A má alimentação, o tabagismo, o alcoolismo, a má habitação, falta de luz e a falta de arejamento são outros tantos contribuintes.

INTERESSES DE CLASSE

Os chauffeurs agitam-se

Os chauffeurs encontram-se alarmados e indignados por verem os seus interesses ameaçados pelo art. 9.º da lei 1001, que aumenta a multa por transgressão do art. 43.º e seu parágrafo do decreto de 27 de Maio de 1911—Circulação de Automóveis—e passando a multa, que era de cinco escudos, para quantia superior a 50 e 90 escudos respectivamente pela 1.ª e 2.ª transgressão; e pelo decreto 6757, que no seu art. 4.º concede carta de chauffeur civil aos indivíduos do P. A. M., sem que previamente sejam submetidos a exame.

Queixam-se os governantes, parlamentares, etc., de que há falta de braços nas indústrias e na agricultura.

«Pois como querem que isso se cante de, se são propriamente s. ex.ªs os causadores de tal?»

«Para que vão arrancar homens às ocupações onde fazem falta, para os vir lançar noutra onde se luta com falta de trabalho, devido ao decreto que proíbe a importação de automóveis?»

«Acresce mais ainda que a esses indivíduos é-lhes facultada carta de chauffeur civil profissional, sem serem sujeitos a exame de habilitação passada pela única entidade que pela sua competência a isso está autorizada, que é a Comissão Técnica de Inspeção, Provas e Exame de Automóveis e Condutores (Repartição do Ministério do Comércio), como preceitua o decreto de 27 de Maio, conforme se tem feito até agora.»

Assim, os chauffeurs estão indignados, e com razão, pois vêm-se prejudicados nos seus direitos, adquiridos por anos de profissão e sacrifícios de toda a espécie, tendo alguns no respectivo exame ficado mal mais do que uma vez.

No respeitante a multas, como querem os srs. legisladores que um chauffeur, que ganha, (quando ganha), 165 escudos mensais, pague multas de 90 escudos?

É óbvio que não defendemos os indivíduos que fazem da cidade pista de corridas, mas o que é certo é que nenhum chauffeur pode cumprir o regulamento de 20 quilómetros à hora, quando os eléctricos, ou mesmo um trem, andam com velocidade superior.

Que nas ruas da baixa se faça semelhante exigência, está bem, mas nas ruas da parte excêntrica da cidade entendemos que é exigir o absurdo.

Que se tomem medidas para evitar abusos, estamos de acordo, mas julgamos de necessidade que essas medidas sejam feitas conscienciosamente e com conhecimento de causa, ouvindo-se primeiro quem opinião segura possa dar, como por exemplo a comissão técnica, Associações de Chauffeurs, etc.

F. C. Manços

Hino revolucionário

DEDICADO A

A Batalha

Música do maestro Tomás del Negro

Letra de João Black

LÊDE

A COMUNA

Semanário Comunista Libertário

Redacção e Administração

Rua do Sol, 131—PORTO

PAPELARIA MARQUES

Recomenda-se aos bons escritores

Rua do Ouro, 36

O DEPURATIVO DIAS AMADOS

Cuidado, muito cuidado!

Nada há mais triste do que um desgraçado doente, muitas vezes, além de gastar o que não pode, fazer um tratamento errado por na sua boa fé se iludir por qualquer habilidade que só o deseja explorar.

Infelizmente, temos tido conhecimento de casos que por esta circunstância são verdadeiramente desumanos. O verdadeiro específico deste nome, o único que está registado em todos os países da Convenção Internacional de António Dias Amado, que radicalmente cura a sífilis, as doenças do útero e ovários, as chagas, varizes, lepra, tuberculose óssea, reumatismo, as úlceras ou fistulas, os tumores, as doenças de pele, grande variedade de doenças nos olhos e demais causadas pela impureza do sangue.

Depósito geral—Casa do autor—Farmácia Luso-Brasileira, Praça de S. Paulo, 20, 21 e 22 (esquina da rua Nova do Carvalho)—Lisboa.—Telef. 1667.

Porto—Farmácia Almeida Cunha, á rua Formosa, 327.

CLINICA DENTÁRIA

BARROS MARINHAS

Extracções dentes por anestesia especial. Colocação dentes fixos e com placa.

25—Rua da Assunção—25

(Esquina da R. da Prata)

SIFILIS

Grande descoberta de plantas para a cura da sífilis e de todas as doenças causadas pela impureza do sangue. Centenas de pessoas se tem curado. Trata-se de 1.ª das doenças por meio de ervas. Caixa, 880. Travessa da Oliveira, 21, rez-do-chão, direito, á Estrela.

A BATALHA

Diário da manhã

Porta-voz da organização operária portuguesa

Assinaturas

(Pagamento adiantado)

Em Portugal, colónias portuguesas e Espanha: 3 meses, 4\$50; 6 meses, 8\$00; 1 ano, 16\$00. Em Lisboa: 1 mês, 1\$50. Território da União Postal: 6 meses, 10\$80; 1 ano, 21\$60.

Pedidos de assinaturas e de quaisquer obras da secção de livreria de A Batalha e o envio de quaisquer quantias, devem ser feitos á Administração, bem como todas as reclamações.

Publicações

Recebem-se na administração de A Batalha e em casa dos seus agentes das províncias, nas agências Havos, Bastos e Gonçalves, Rádio e demais agências de anúncios. Não se publicam comunicados e anúncios com acusações a particulares ou á vida privada de qualquer pessoa.

Correspondência

Relativa á redacção deve ser dirigida a Alexandre Vieira, redactor principal de A Batalha. Não se restituem os autógrafos.

Redacção e Administração

Calçada do Combro, 38-A, 2.º

LISBOA—PORTUGAL

NÃO COMPREM?

Cal-cal-cal cada sem visita a

Sapataria Social Operária

POIS LÁ SE ENCONTRA

Sapatos de verniz para senhora

16\$25

Botas calf preto para homem 20\$20

Sapatos em vitela para senhora

9\$80

Em pelica para senhora 13\$00

Botas brancas para homem 10\$50

Só nesta casa se vende barato

Grande sortimento em calçado para crianças, homens e senhoras

DESCONTOS PARA REVENDA

18—RUA DOS CAVALEIROS—20



Companhia de Papel de Gois Ponte de Sotam-Gois

FABRICA toda a qualidade de papeis de embrulho, sacos, cartuchinhos, manteigueiro, costaneiras, almagos, coquiles, escrita, impressão, assetinados, capas e carta, bem como papeis de fabricação especial

Lisos e pautados

Agente e depositário geral

A. B. dos REIS, Lda

52, Cais do Sodré, Lisboa—Telefone C. 4.317

10, Rua da Nova Alfandega, Porto—Tel. 2.192

Cigarros VOUGA e tabaco brasileiro

Cigarros VOUGA. Indústria brasileira. Mistura especial de GIRAFA. É a mais bela apresentação de todas as marcas estrangeiras.

Preços de revenda

Cigarros VOUGA, cada maço 4\$7

Para 275 maços 12\$5

Para 2500 maços (uma caixa), 14\$6

Tabaco brasileiro, destilado, da Fábrica GIRAFA do Pará

Quilo (dez pacotes de 100 gr. cada) 17\$75

Para 12 quilos 212\$50

30 quilos (uma caixa), cada 17\$50

Pedidos a SOUTO RATOLA AVEIRO

Para Lagos, Portimão, Faro e Olhão. Sairá no dia 15 do corrente o vapor Mindelo, para carga e passagens.

Companhia Nacional de Navegação

Rua do Comércio, 85

SAPATEIRO

APRENDIZ precisa-se—Rua Gomes Freire, 150, etc.

O BRIC-À-BRAC DE ALCANTARA

DE JOSÉ NICOLAU VERÍSSIMO

Rua de Alcântara, 37

SUCURSAL—Rua do Livramento, 111 e 113

Compra, vende e troca móveis novos e usados e toda a qualidade de artigos de mobílias completas de quarto, casa de jantar, escritório e sala.

Sucatas, trapos, papel e lã. 5 0/10 de desconto aos assinantes de A Batalha.

Cotações de folha e chapa de cobre e outros materiais

As melhores dá

A. Telles Machado

Representante da casa

John P. Quinn de Liverpool

Rua de S. Julião, 23

Telefone 3742 C.

JANOTAS???

Sejam económicos!!!

Como vestir bem e barato??

Só na ALFAIATARIA JANOTA. Onde se viram fatos e sobretudo ficando como novos, baratos e no rigor da moda. Aceitam-se fatos a feitura. Boa execução e rapidez. Variado sortido de fazendas a preços reduzidos.

Rua do Sol ao Rato, 215, loja e 3.º andar, esquina S. João dos Bemcasados.—(Elétrico á porta, carro da Estrela)—Postal a S. Madeira.



Não me ralo!

Vou ali á CHAPELARIA LUZITANA, e por um preço baratíssimo, compro um chapéu bom, bonito, bem acabado e dum sólido capaz de resistir a todos os vãos.

CHAPELARIA LUZITANA

Rua Arco Marechal de Alegrete, 45-51

Acidentes de trabalho

Seguro obrigatório

O Diário do Governo de 22 de Novembro de 1919 publica o modelo da caderneta profissional, que todos os patrões são obrigados a fornecer a todo o seu pessoal, em conformidade com a nova lei de 10 de Maio de 1919.

A MUNDIAL, a fim de facilitar aos seus segurados o cumprimento da nova lei, fornece gratuitamente as referidas cadernetas. Pedidos das cadernetas bem como dos exemplares da nova lei á



A MUNDIAL

COMPANHIA DE SEGUROS

CAPITAL, 500.000\$00

RESERVAS: 405.402\$76,7

Sede em Lisboa—Rua Garrett, 95

Telefone 4084

Delegação no Porto—Rua Sá da Bandeira, 331, 1.º

GRANDES ARMAZENS AFRICANOS

ALFAIATARIA E CAMISARIA

FARO & LOPES, Lda

Sanfins, Pato felfo, Camisaria, Gravata, etc.

Peçam amostras. Fatos sem prova. Vende-se a metro e sem reserva de preço todas as fazendas tanto para homem como para senhora

VISITEM ESTA CASA

A casa que mais barato vende

Fato reclama artigo chic 35\$00

110, R. dos Fanqueiros, 112 e 114 s-1.

Chapelaria A SOCIAL

Cooperativa dos Operários Chapelheiros

Grande sortimento em chapéus, lisos e mechas em cores lindíssimas, formatos dos mais afamados fabricantes estrangeiros

GRANDE NOVIDADE

Chapéu mole,

novo modelo americano,

muito elegante,

só na Cooperativa

A SOCIAL



ESPECIALIDADE

EM CHAPEUS

DE SEDA

E

FLAMÃO

Armazem e escritório: Rua Fernandes da Fonseca, 25, 1.º

ESTABELECIMENTOS

Séde: — 31, Rua Fernandes da Fonseca, 33

1.ª Sucursal: — Rua dos Poiais de S. Bento, 74, 74-A

2.ª Sucursal: — Rua do Corpo Santo, 29

3.ª Sucursal: — Rua do Marquês de Alegrete, 56, 58

Fábrica de bonets

Chapéu modelo Jaurés (Exclusivo)

NICOLAU GOMES CORREA

Ritallat-Mercedor

Fornecedor dos

Empregados dos

Caminhos de Ferro

Portugueses, do Sul e Sueste,

da Caixa dos Operários da Câmara Municipal de Lisboa e da Cooperativa da Fábrica de Material de Guerra.

Variado sortido de lanifícios para homens e senhoras, papéis, chapéus, botas, calças e casacos referidos cadernetas.

Pedidos das cadernetas bem como dos exemplares da nova lei á

de senhora já confeccionados, tudo pelos figurinos da moda.

255-Rua dos Fanqueiros-255

Trabalhadores. Lede e propagai A BATALHA

Candeias

a casa que em Lisboa vende

Calçado mais barato

Intendente

—Defronte do chafariz—

GRANDE OFICINA

DE

GESTEIRO

Fazem-se com perfeição e rapidez:

Assentos de automóveis e outros carros.

Mobiliás de verga, cestos para poltrona.

Consertam-se todos os artefactos respeitantes a esta indústria.

Ha sempre grande sortido de cestos em todos os feitios.

Única casa em Portugal que aceita grandes encomendas por preços sem compenência.

Calçada do Monte, 31

LISBOA

A' Rapaziada!!!

As valentes e perras!

Botas pretas, para home, 19\$75

19\$75 e 10\$75.

Botas brancas, As Valentes, 19\$75.

Botas pretas, duas solas, 19\$75.

Sapatos, para senhora, á 11\$50, 14\$50, 15\$00 e 10\$00.

Grande variedade de calçado para criança, e de luxo para senhora.

Para a frente é que ali venham ver os nossos preços!

Fornecedores dos empregados dos Caminhos de Ferro Portugueses e do Sul e Sueste e da Cooperativa dos empregados do «Diário de Notícias».

SAPATARIA S. ROQUE

18, Largo Trindade Coelho, 17

(Antigo Largo S. Roque)

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229

229